

**Minerva Log S.A.**

CNPJ/MF nº 08.902.380/0001-61

**Relatório da Administração**

**Srs. Acionistas:** Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a Diretoria da Minerva Log S.A., tem a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas de suas correspondentes Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Belém-PA, 08 de março de 2016.

A Administração

<b>Balancos Patrimoniais Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de Reais)</b>							
<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Nota</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Circulante				<b>Patrimônio líquido</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	96	187	Capital social	7	230	230
Tributos a recuperar	5	17	12	Prejuízos acumulados		(117)	(31)
Total do ativo circulante		113	199	Total do patrimônio líquido		113	199
<b>Total do ativo</b>		<b>113</b>	<b>199</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>113</b>	<b>199</b>

<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido</b>				<b>Demonstrações do resultado (Em milhares de Reais)</b>			
	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>				
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2014</b>	230	(24)	206				
Prejuízo líquido do exercício	-	(7)	(7)				
<b>Total de resultado abrangente, líquidos de impostos</b>	-	(7)	(7)				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	230	(31)	199				
Prejuízo líquido do exercício	-	(86)	(86)				
<b>Total de resultado abrangente, líquidos de impostos</b>	-	(86)	(86)				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	230	(117)	113				

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional** – A Companhia tem como objetivo social o transporte marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial de cargas em geral, com embarcações próprias ou alheias; operar terminais terrestres e portuários, incluindo navegação de apoio portuário; exercer atividades de armazenagem de mercadorias para terceiros; realização de serviços de logística e de administração de embarcação; prestar serviços de transporte rodoviário e ferroviário estadual e interestadual de cargas em geral; serviços de reparo naval; prestar serviços de despachante aduaneiro; e exercer atividades complementares, correlatas ou acessórias, inerentes às suas atividades, quando necessárias ou convenientes aos interesses sociais. Desde a sua constituição a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, não existindo resultado com operações com terceiros.

**1.1. Aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pela Administração da Companhia no dia 08 de março de 2016. **2. Apresentação das demonstrações contábeis** – As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras, a que abrangem Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelos órgãos reguladores. A Empresa adotou todas as Normas, revisões de Normas e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e demais órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015. Essas demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **3. Sumário das principais práticas contábeis** – As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis e na preparação do balanço patrimonial de abertura, exceto nos casos indicados em contrário. **a) Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de venda de produtos é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos e benefícios são transferidos para o comprador. **b) Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações contábeis. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações contábeis, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem a: **• Provisões em geral:** Não houve mudanças significativas nas estimativas no período em relação àquelas que vinham sendo aplicadas. **c) Moeda funcional e apresentação das demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa

de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário e aplicações financeiras de liquidez imediata, avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **e) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia, quando aplicável, foram classificados nas seguintes categorias: **• Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo; **• Mantidos até o vencimento:** ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos; **• Disponíveis para venda:** ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao valor justo. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são realizados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada; **• Empréstimos e recebíveis:** instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a Companhia tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a Companhia classifica como mensurados a valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos. **f) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **g) Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real anual. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o

<b>Demonstrações do Resultado Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de Reais)</b>			
	<b>Nota</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Receitas/(despesas) operacionais:			
Administrativas, comerciais e gerais		(101)	(21)
Resultado financeiro, líquido	8	15	14
		(86)	(7)
Prejuízo antes da provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social		(86)	(7)
Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente		-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social – diferido		-	-
Prejuízo líquido do exercício		(86)	(7)
Prejuízo líquido por ação		(0,0004)	(0,0000)

**Demonstrações do Resultado Abrangente**  
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de Reais)

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Prejuízo Líquido do exercício	(86)	(7)
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(86)</b>	<b>(7)</b>

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de Reais)**

<b>Fluxo de caixa de atividades operacionais</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Prejuízo líquido do exercício	(86)	(7)
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Tributos a recuperar	(5)	(4)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(91)	(11)
Redução líquido de caixa e equivalente de caixa	(91)	(11)
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do período	187	198
No fim do período	96	187
Redução líquido de caixa e equivalente de caixa	(91)	(11)

imposto diferido são reconhecidos no resultado, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais, diferenças por adoção de práticas contábeis (IFRS) e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**h) Ativos e passivos contingentes obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais, quando aplicáveis, são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **i) Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações. **IFRS 15 Revenue from Con-**

continua ...